

Angela Alonso ^I

MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS EM COMPETIÇÃO

Para Brasília Sallum Jr., meu professor

Quem vê um monte de gente marchando, com cartazes e palavras de ordem, sabe do que se trata: manifestação de algum “movimento social”. O fenômeno é velho e ficou corriqueiro, mas seu nome custou a pegar. Apenas na virada dos anos 50 para os 60, quando multidões reivindicativas tomaram as ruas na Europa, Estados Unidos e América Latina, a sociologia se pôs a matutar uma nomeação. Vingou “movimentos sociais”. Sob este consenso de face, explicações bem diferentes fermentaram. O conceito nasceu polissêmico e nunca se submeteu a um único sentido. Este artigo acompanha seu périplo teórico e seus percalços empíricos ao longo de seis décadas, lastreado no levantamento da literatura em português, inglês, francês e espanhol, reunida no Google Scholar.

No curso deste período, consolidou-se o uso de noção comum para designar protestos de rua em diferentes contextos. Da demarcação de um objeto compartilhado de estudos não se derivou, contudo, um acordo explicativo. Muito ao contrário. A literatura acerca de “movimentos sociais” nasceu bifurcada em duas abordagens competitivas, aqui chamadas de emancipatória e relacional, e assim permanece. O artigo reconstrói a contenda teórica e as diferenças de aplicação do conceito em ambientes intelectuais distintos. Ao final, apontam-se os limites do próprio conceito e a agenda de pesquisa por recobrir neste campo.

MOVIMENTO SOCIAL COMO FENÔMENO DE LONGA DURAÇÃO

Dando uma volta pela universidade antes de apresentar seu *Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination* (2005), Benedict Anderson, conta o

próprio no posfácio, bateu com o cartaz: “Organize-se sem líderes”. Era de rede global de movimentos sociais contra o estado nacional e o sistema representativo. Anderson registrou a ironia: deu de cara com a globalização do anarquismo no século XXI, quando tinha ido falar justamente disso, só que no XIX.

Apesar da constatação, o livro foi menos lido por sociólogos políticos que seu *Comunidades Imaginadas* (1983). Os destinos díspares devem-se aos temas e aos tempos: enquanto um pegou a fase crescente da vaga sobre nacionalismo e formação de estados-nacionais, o outro apareceu quando o anarquismo não estava na crista da onda. O assunto subterrâneo do volume, uma rede global de ativistas no XIX, nem chamou atenção. Talvez porque a redação destoe do gosto acadêmico: a narrativa emula o folhetim oitocentista, num intricado de tese e estilo. Para mau entendedor do miolo, o posfácio concede em linha reta: o ativismo contemporâneo se emparelha com o anarquismo oitocentista. Anderson documenta a conexão entre anarquistas de três continentes, que engendrou atentados políticos. Magnicídios bem-sucedidos e malogrados sacudiram a Europa, mas, em parte, foram maquinados longe dela. O livro, assim, desvela que atributos muito lidos como criaturas genuinamente contemporâneas – a organização em rede, a violência política e o transnacionalismo¹ - estão por aí há muito tempo.

A noção de “movimentos sociais” se disseminou nas ciências sociais a partir dos anos 1960 do século passado, mas o fenômeno remonta, pois, a período muito anterior.

Charles Tilly ancora esta tese da antiguidade, ao apontar a formação dos estados nacionais e a invenção dos movimentos sociais como processos entrelaçados. A paulatina centralização da coerção teria originado uma instituição de controle da violência legítima sobre dado território, o estado-nacional (Tilly, 1996). Elites locais que perdiam instrumentos coercitivos investiram em disputar o controle político por meios pacíficos. O sistema representativo teria surgido, assim, como alternativa à violência para reger conflitos. “Movimento social” compõe o comboio, acompanhando governo representativo, parlamento, partidos, eleições.

Na perspectiva tylliana, movimento social seria uma maneira para-parlamentar e não partidária de manifestar pleitos, concretizada em manifestações públicas repetidas de grande número de pessoas no espaço público da rua. A esta maneira, recorreriam grupos parcial ou completamente alijados pela linha do governo, os que brandem “não me representam” por estarem, de fato, pouco ou nada representados nas instituições políticas. Movimentos sociais e governo representativo teriam, assim, nascido juntos e viveriam em permanente tensão e contraste, tornando o primeiro ininteligível sem o segundo. Daí a definição relacional: sendo maneira de fazer política, movimento social não seria ator substantivo, mas escolha contingente, conforme a posição dos atores coletivos em relação ao centro

de distribuição do poder - o estado - em cada conjuntura. Quem está dentro, governa; quem está fora, protesta.

A longa duração do fenômeno, argumenta Tilly, teria testado diversas maneiras de protestar, pari passu com a concentração de poder político em governos e parlamentos nacionais. As performances políticas mais eficazes em azucrinar governos – passeatas, ocupações, manifestações, bloqueios, greves - se cristalizaram em um “repertório de confronto” ocidental². Tentativas de inovação espoucam sempre, mas este repertório é mais do mesmo desde sua invenção. Afoitos, rotulam como novidade o que é mera repaginação. Cada performance política é única, mas bebe de fonte comum e antiga. A tática black bloc dos autonomistas do XXI, por exemplo, recupera a ação direta violenta dos anarquistas oitocentistas, documentada em *Under Three Flags*. A desobediência civil, tão em moda, compareceu no movimento de libertação nacional da Índia (Chabot, 2000) e o boicote a empresas politicamente incorretas começou com os abolicionistas, contra o açúcar adubado com trabalho escravo (Holcomb, 2016)³. A maioria dos ativistas nem se dá conta, mas se enfileira numa linhagem.

Ajuntando Anderson e Tilly, conclui-se que movimento social é fenômeno relacional e de longa duração, nascido com os traços que ainda carrega: 1) a relação de interdependência com o estado; 2) um repertório de confronto composto por estratégias pacíficas e violentas; 3) a dimensão transnacional; 4) a forma de teia de conexões entre ativistas, sem contornos bem demarcados.

MOVIMENTOS PRIVILEGIADOS E MOVIMENTOS NEGLIGENCIADOS

Se o movimento social emerge na sedimentação do sistema representativo, os casos paradigmáticos para estudá-lo deveriam ser os ocorridos neste ponto do tempo. No entanto, nem todos os movimentos de envergadura da época foram considerados dignos do nome.

Abolicionismo, nacionalismo, anarquismo e socialismo são contemporâneos e disseminados. Apareceram em diferentes continentes, regimes políticos (repúblicas e monarquias) e econômicos (agrários e industriais), e em sociedades sob predomínio de religiões diferentes (católica e protestante). Os quatro foram bojudos em aderentes e número de manifestações de protesto. Apesar das semelhanças, acabaram segregados em dois blocos nas análises.

Por muito tempo, anarquismo e socialismo ocuparam a grande sala da atenção analítica. Sociólogos os abordaram a partir de teorias sobre a sociedade capitalista, como “movimento de trabalhadores”. A tônica recaiu nas demandas materiais conexas ao mundo do trabalho, pondo em baixo-relevo formas de ação e reivindicações que visavam alterar (sem derrubar) o sistema político. Enquanto isso, nacionalismo e abolicionismo ficaram no quarto dos fundos, dignos de pouca ou nenhuma atenção.

Mobilizações nacionalistas cruzaram a Europa desde o início da formação dos estados nacionais até as consolidações tardias de Itália e Alemanha, e as Américas, nas independências nacionais e nas tentativas separatistas. Nem por isso ganharam o estatuto de “movimentos sociais”. Idem para o abolicionismo. Primeiro movimento social nacional em muitos países, conectando membros em redes de ativismo transnacional - vide as relações entre ativistas de Inglaterra, França, Espanha, Estados Unidos, colônias espanholas e Brasil (Alonso, 2010, 2015) - foi ostracizado pela literatura até recentemente. Ambos os movimentos se valeram de performances do repertório de confronto, das pacíficas às violentas, comuns aos seus primos socialismo e anarquismo. E, como eles, se constituíram em tensão e interdependência com o estado.

A despeito disso, a sociologia foi longamente renitente em conceituar abolicionismo e nacionalismo como “movimentos sociais”, embora, empiricamente, se pareçam com anarquismo e socialismo o suficiente para caberem sob a definição tillyana. Nos quatro casos, há ativismo transnacional e em rede, baseado em repertório de confronto comum e em relação dialógica com o estado.

A sistemática negligência em estudar tais casos como movimentos deve-se a uma lente teórica que os excluiu da circunferência do conceito. A matriz marxiana associou movimento social a sujeito coletivo emergente da classe social dominada no capitalismo, o operariado industrial, portador de um projeto de emancipação humana. A dominância desta interpretação emancipatória, em detrimento da relacional, no estudo das manifestações de rua teve consequências duradouras.

Uma foi circunscrever a categoria movimento social a mobilizações com pautas e participantes oriundos do mundo do trabalho e em contestação à classe dos capitalistas.

A segunda foi explicar qualquer movimento por analogia com o operário, seja supondo demanda redistributiva como desencadeadora única de mobilização, seja limitando os manifestantes a classes dominadas. Assim, direcionou a pesquisa para grupos materialmente subalternos na hierarquia social. Daí o desinteresse por mobilizações nacionalistas e abolicionistas, nas quais a presença de elites sociais foi sempre proeminente. A embocadura emancipatória, aliás, obscureceu até a presença de membros de estratos altos no anarquismo e no socialismo - Friedrich Engels é exemplo reluzente.

Outro efeito foi desfocar contestações não revolucionárias ao estado-nacional e ao sistema representativo. Descurou-se, em decorrência, do estudo de mobilizações com demandas em torno de direitos humanos e civis (como o abolicionismo) ou de redistribuição de poder político (caso do nacionalismo), por não visarem precipuamente o capitalismo.

O paralelismo com o movimento operário levou ainda a supor que todo movimento carregasse pauta emancipatória. Isto é, movimento social foi

tomado como progressista por definição. O pressuposto expurgou do espectro estudado mobilizações tidas por conservadoras, como as de agenda religiosa, ou reacionárias, caso do fascismo. Esta parte do fenômeno foi expelida do campo de estudo, submetida a outros conceitos, como movimento de massa e totalitarismo. Idem para movimentos violentos, para os quais se reservaram as categorias de revolução e terrorismo.

Quarta consequência foi a substancialização. A noção de “sujeito histórico” inspirou o uso de “movimento social” no sentido de ator inteiro, desconsiderando o caráter frouxo e contingente das conexões entre ativistas.

A linha de interpretação emancipatória produziu numerosos estudos empíricos a partir desta embocadura analítica, que substancializou o fenômeno e o relacionou com classe, redistribuição e progressismo.

Já a perspectiva relacional, ao definir movimento social como maneira de fazer política, nunca se colou a objetos. E desatrelou o fenômeno tanto da estrutura social – não é sinônimo de movimento de classe – quanto de demanda específica – não é imperioso que seja redistributivista. Em decorrência, abdicou de lhe dar sentido unívoco – progressista, conservador ou reacionário.

Desde que surgiram, as duas abordagens competem pela explicação das mobilizações coletivas.

UM CONCEITO E SEUS CONTEXTOS

O fenômeno é velho, mas consolidar uma literatura sociológica em torno dele custou. Alusões esparsas sempre existiram, o sentido contemporâneo de “movimentos sociais”, contudo, assomou nos anos 50, imerso em escritos sobre classe social, conflito e comportamento coletivo. Na década seguinte, o termo cortou o cordão umbilical com os parentes, incitado por seu uso, na retórica dos atores políticos, para designar a cheia das ruas. O volume de menções a “movimentos sociais”, no singular ou no plural, em títulos de publicações científicas nos anos 60, desenha uma cerca em volta do nascente campo de estudos. O Google Scholar registra um plano inclinado ascendente em relação à década anterior: adensamento de 45,5%, em francês; 52,6%, em espanhol e, bem maior, 134, 8%, em inglês e em português, 120,0%. A ladeira acima se repetiu ao longo dos dez anos seguintes, em inglês (159,7%) e francês (160,4%) e sobretudo em espanhol (258,6%) e português (381,8%)⁴. Esta década de setenta deu à luz os futuros clássicos da área⁵, responsáveis por fixar “movimento social” como designativo de uma área de pesquisa na sociologia.

É costume separar “teoria” e “casos”, mas os conceitos sociológicos são situados. Tendem a ser generalizações ou extrapolações de casos – em geral, do país no qual se insere o teórico. Os de “movimento social” nasceram enraizados, variando conforme as conjunturas das sociedades de nascença.

Na Europa, a categoria respondeu ao desencaixe entre as demandas não econômicas das mobilizações dos anos 60 e a rubrica “movimento de

classe". Na conjuntura de estabilização do estado do bem-estar social, as manifestações operárias perderam a rua para sucedâneos feministas, ambientalistas, estudantis. Seus ativistas vinham de estratos distanciados da situação fabril e abdicavam da tomada do estado – pendiam para ação direta pacífica. O conceito de classe servia mal para enquadrá-los.

A perspectiva emancipatória então adaptou o léxico marxista, dilata-do rumo ao plural: em vez de um sujeito coletivo, oriundo da classe subordinada, “novos sujeitos” emergiriam em compasso com mudanças estruturais do capitalismo. Nesta sociedade, que Alain Touraine batizou de pós-industrial ou programada, a dominação teria se tornado indireta, operando por meios mais culturais que coercitivos. E o trabalho, completou Jürgen Habermas (1981), deixara de ser o centro de geração de conflitos e utopias. A classe operária passaria o bastão emancipador para as minorias, grupos sem agenda universalista, que, por sua vez, trocariam a revolução pelo pacifismo. Esta teoria dos “novos movimentos sociais” atualizou Marx: em vez de demandas redistributivas, seria a vez das pós-materiais, como as chamou Ronald Inglehart (1981), associadas a novos valores e estilos de vida. Mas o núcleo do raciocínio se manteve: os novos movimentos ganharam posição analítica equivalente à do movimento operário, de ator-chave da mudança societária. A tradição emancipatória mudou, assim, a carne empírica do argumento, mas deixou de pé seu esqueleto teórico, a associação entre movimento social e progressismo. De novo, o pedaço selvagem da mobilização foi posto para fora do cercado empírico: a ação direta violenta de ETA, na Espanha, Falanges Vermelhas, na Itália, IRA, na Irlanda, foi encaminhada para literatura paralela, a de “terrorismo”.

Processos sociais e desafios analíticos eram diferentes nos Estados Unidos. Ali faltava o estado do bem-estar social de pano de fundo, complicando decretar o fim de demandas trabalhistas. E, embora movimentos feminista, ambientalista e estudantil tenham dado as caras, as mobilizações salientes eram contra a guerra do Vietnã e em torno de direitos civis para afro-americanos. Ambas, como na Europa, irredutíveis a uma classe, atravessavam estratos sociais. O pacifismo cabia no guarda-chuva “novos movimentos”, mas os direitos civis ficaram no temporal. Eram manifestações continuístas, em demandas, perfil de atores e táticas, em relação ao movimento pela abolição da escravidão⁶.

Neste contexto, floresceu a teoria tillyana, com foco na política, em vez de na dinâmica capitalista. A noção de movimento social como forma de ação política vazia de sentido, e por isso adequada a qualquer causa, servia para falar do pacifismo como dos direitos civis. E a noção de repertório de confronto, ao abranger táticas pacíficas e violentas, encampava dos hippies aos Panteras Negras. Ao se desvincular de uma teoria do capitalismo e centrar a explicação na relação entre mobilizados e estado nacional, a teoria abarcava assuntos, atores e táticas discrepantes e se aplicava tanto a casos europeus

quanto norte-americanos, a fenômenos passados e aos do presente (McAdam, 1982; Tarrow, 1989; Tilly, 1978).

A conjuntura era uma terceira na América Latina. A região atolava em processos inconclusos de industrialização e urbanização. Carecia de sentido falar em “sociedade pós-industrial”. As mobilizações na virada dos anos 70 para os 80 eram recheadas de demandas materiais por salário, moradia, saneamento, transporte, saúde. Foram os anos dourados de greves operárias e protestos por melhores condições de vida. De outro lado, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil estavam sob ditaduras, com muitos movimentos reclamando direitos políticos. O traço comum, em vez de uma posição de classe, era uma agenda: a redemocratização e o fim da carestia (Boschi, 1987; Cardoso, 1987; Kowarick, 1983; Sader, 1988).

Na região, ao contrário de Europa e Estados Unidos, a tomada de poder do estado tampouco saíra de moda. A revolução cubana era um horizonte utópico compartilhado por largo quinhão da esquerda. Nicarágua e El Salvador tinham guerrilhas de envergadura. A América Latina era, pois, um iceberg de violência, a dos estados autoritários e a dos movimentos armados.

A resistência de intelectuais latino-americanos aos regimes autoritários levou à caça de categorias explicativas que juntassem pesquisa e engajamento. Nem todos abandonaram o “movimento de classe”, respaldados pela maior das mobilizações nos anos 80, de sindicatos de trabalhadores industriais. Mas a tendência foi adaptar a noção de “novos movimentos sociais” para ressaltar inovação, daí a adição, no Brasil, do adjetivo “novo” ao sindicalismo, para marcar uma especificidade no estilo do ABC paulista (Sader, 1988). Outra adaptação agasalhou a variedade de protestos populizados por estratos sociais baixos não industriais. Aí vingou a derivada “movimentos sociais populares”, largando o agregador “classe” em favor de “povo” (Doimo, 1995; Lesbaupim, 1980) - como a teoria dos novos movimentos trocara “movimento operário” por “novos movimentos”. Esta apropriação conceitual, e suas correlatas nos países vizinhos, diferenciou a produção latino-americana tanto da europeia quanto da norte-americana. O marxismo à moda antiga nunca sumiu e esclarece a absorção local da teoria dos novos movimentos sociais, afinal, um tipo de neomarxismo.

Um colateral desta opção foi privilegiar mais dinâmicas socioeconômicas que sociopolíticas nas interpretações. Apesar da relevância empírica, dado o clamor por democratização, a relação entre movimentos e estado ficou subtematizada - ou confinada aos debates sobre revolução. Outro foi incorporar a sinonímia movimento social-progressismo, limitando a pesquisa a potenciais sujeitos emancipadores.

Esta apropriação latino-americana da perspectiva emancipadora em detrimento da norte-americana deve-se à circunstância. As ditaduras por aqui transformaram a França em pátria substituta para muitos sociólogos, acolhidos no círculo de Alain Touraine, catedrático de América Latina. Um

contingente menor rumou para os Estados Unidos⁷. Quando as ditaduras fizeram água, o fluxo migratório de regresso estourou as referências a “movimentos sociais” na região. Entre 1980 e 1989, o aumento em relação à década anterior foi brutal: 521,2% e 639,6% a mais em espanhol e português, bem acima do publicado em francês (130,4%) e inglês (129,8%). Em regra, os retornados adaptaram em seus países mais a abordagem europeia que a norte-americana.

Os anos 80 consolidaram e expandiram esta literatura sobre “movimentos sociais”. Sucesso resultante da polissemia: europeus a usaram para ambientalismo, pacifismo e feminismo; os norte-americanos agregaram o movimento negro, enquanto os latino-americanos o adotaram para movimentos contra a desigualdade e pela democracia. Era uma torre de babel empírica sob um céu de mesmo nome.

O conceito-ônibus “movimentos sociais” foi o nome de família que demarcou um campo na sociologia política. O uso do mesmo termo para nomear protestos num largo espectro de contextos impediu a fragmentação da literatura. Mas a linha explicativa embutida na noção, como acontece nas famílias, permaneceu sujeita à briga.

UM CONCEITO NA BERLINDA

O conceito de movimentos sociais nem bem se abancou e já se viu sacudido. O calcanhar das teorias sociológicas são as mudanças sociais contínuas, que balançam, e por vezes derrubam, conceitos tidos por consolidados. A conjuntura de fim de século produziu avarias no de “novos movimentos”.

Um baque foi empírico, com a rotinização, no sentido weberiano. Os novos movimentos “emancipadores” sabotaram seus teóricos e, em vez de difundir novas formas de vida, adentraram a máquina estatal e o sistema representativo. Movimentos se formalizaram como partidos ou “organizações não-governamentais” - termo dos anos 90, que facultava concorrer a financiamentos, como os do Banco Mundial. O protesto virou uma atividade, entre outras, como o lobby - renomeado “advocacy” – e as táticas empresariais, caso da venda de produtos. A perspectiva emancipadora tratou a caminhada pragmática rumo à institucionalização e à burocratização como perda da aura, uma “captura” de movimentos inovadores pela lógica sistêmica. Pôs, por isso, o conceito de “novos movimentos” na geladeira, em êxodo rumo a outra noção, “sociedade civil”⁸, e a outra empiria, as instâncias participativas, novas fontes potenciais de projetos emancipadores.

A noção de “movimentos sociais” se viu em apuros também em meio a anúncios apocalípticos de morte certa e iminente dos grandes protestos de rua. As novas tecnologias, então ascendentes, estariam carregando para a sociabilidade virtual a expressão do dissenso, requisitando noções rentes às interações mediadas por máquinas, como ciberativismo e ativismo digital⁹.

O conceito sobreviveu porque as profecias fracassaram. Nem pragmatismo, nem informatização mataram o protesto. Na última década do século passado, as ruas tornaram a se inundar de gente. Tempo de zapatismo (1994), no México, e do movimento por justiça global, em Seattle (1999), que entusiasmaram ativistas por toda a parte e turbinaram a literatura em inglês (138,4%). Já o crescimento nas demais línguas foi bem mais modesto que na década anterior (102,8% em espanhol, 76,3% em português e 55,2% em francês).

A arrefecida da curva que se empinava tem a ver com a leva de protestos da época, que, se engordou seus entusiastas, complicou seus explicadores.

Uma complicação diz respeito à escala. Ambas as perspectivas privilegiavam a relação entre movimentos e sociedades nacionais. A relacional já tinha tratado de conexões transnacionais entre ativistas no século XIX como meios de pressionar o estado-nação, mas, no século XXI, as instâncias políticas e econômicas multilaterais se somaram como alvos de protesto.

Outro solavanco veio da geografia. O ciclo de protestos de 2011 teve o 15M espanhol e o Occupy Wall Street norte-americano, mas o compasso se abriu. Entre janeiro de 2010 e setembro de 2015, a circunferência abrangeu 65 países, incluindo muitas capitais não ocidentais¹⁰. Ficou em xeque a fronteira geográfica tácita da literatura sobre movimentos sociais, essencialmente ocidental em objetos - e autores. Protestos, aliás, surpreendentes na localização, mas enfadonhos em demandas: trabalho, custo de vida e democratização de instituições políticas dominavam (Carothers & Youngs 2015: 24-37).

O terceiro desafio foi o vigor da violência política. A atenção para o assunto reacendeu com o uso da tática black bloc em Seattle. Parte da literatura tratou a violência ativista como circunstancial, reação ao uso da força policial, mas o 11 de setembro de 2001 tornou impossível considerá-la episódica. A relação entre violência e movimentos sociais se fincou, inescapável, para o campo inteiro¹¹.

Balançada adicional veio com a ressurreição do nacionalismo. O assunto galvanizou a atenção sociológica quando o Tea Party o brandiu contra o governo Obama, em 2009¹². Símbolos nacionais vistosos povoaram as ruas também em Tunísia, Turquia, Egito, entre 2010 e 2013. Escorçado do conceito de movimentos sociais na origem, o nacionalismo se esgueirou para dentro do debate dada sua exuberância incontestada.

Em resposta a este ciclo de protestos, a literatura sobre movimentos sociais tornou a avolumar. De novo, nada de consenso. A clivagem se reafirmou.

A abordagem emancipadora seguiu desinteressada em teorizar a dimensão violenta dos movimentos sociais. Preferiu privilegiar a globalização, adotando como novo referente as mobilizações transnacionais de pressão às autoridades multilaterais. Na designação desta safra, a perspectiva emancipadora se ramificou. Uns extrapolaram o conceito de “novos movimentos sociais”, outros o de “sociedade civil”, para a escala global. Saída alternativa foi denominar o polo dominador como “globalization from above” e o de

resistência, “globalization from below” (Falk, 2000). Nas três soluções, a tônica ficou onde sempre esteve, em inovação e progressismo. Daí a nomeação dos protestos em países árabes como “primavera” - uma remissão à “dos povos” de 1848 - e a adoção de terminologia normativa, resumida no título de Castells (2012): *Redes de indignação e esperança: os movimentos sociais na era da internet*¹³.

De seu lado, a perspectiva relacional rebaixou seu conceito de movimentos sociais em livro síntese da escola, *Dynamics of Contention* (McAdam et al., 2001). A estrada weberiana do estado como monopolista da violência legítima, trilhada de partida, desdobrou-se aí em um gradiente de formas de confronto político, conforme graus de institucionalização e de uso da violência, açambarcando eventos antes ejetados para as caselas de revolução, guerrilha, terrorismo, nacionalismo. Movimento social virou uma dentre várias formas de interação confrontacional, a caminho entre as muito institucionalizadas e pouco violentas, os partidos, e as de feições diametralmente opostas, as guerrilhas. Ficou gênero intermediário, típico de democracias, conjunturas de democratização ou desdemocratização, quando a rua é relativamente segura para manifestar dissenso.

De outro lado, arisca às “novidades”, esta perspectiva aquilatau a globalização contemporânea a partir de seu terreno de prova, a história, documentando movimentos transnacionais por direitos humanos no passado - e assim, afinal, encampou o abolicionismo em sua carteira de casos (Tarrow, 2015). *Dynamics of Contention* também abriu a porta para movimentos recentes de agenda tradicionalista, por onde entrou o nacionalismo. E mais parcimoniosa que a concorrente quanto ao esvaziamento do poder dos estados nacionais, distinguiu escalas de mobilização - local, nacional e transnacional -, sem retirar peso explicativo da interação entre mobilização social e estado nacional. Ancorou-se nos fatos: 79% dos protestos pelo mundo entre 2006 e 2020 se dirigiram a governos nacionais (Ortiz et al., 2022: 65).

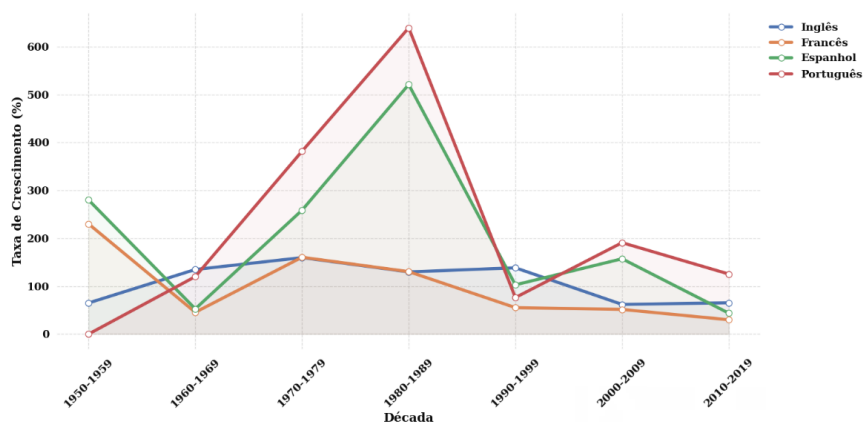
Ambas as linhas responderam parcialmente aos desafios e pagaram preço teórico por isso, enfraquecendo o conceito que as originara, o de movimento social.

A perspectiva emancipadora deu novo passo teórico ante as dificuldades empíricas, rumando para os conceitos de “reconhecimento” e “identidade” – formulados por filósofos como Axel Honneth e Judith Butler. Em direção oposta, a perspectiva relacional redefiniu seu objeto de estudos para “política confrontacional”, reduzindo movimento social a um naco do objeto, e abraçou a metodologia de levantamento de eventos de protesto – e não de movimentos, portanto. Assim, o conceito de movimento social sobreviveu nas duas perspectivas, mas, em ambas, com peso explicativo atenuado.

A diminuída atenção das mãos impactou o tamanho da criança. Apesar do ciclo de protestos vigoroso nos anos 2010, as referências a “movimentos sociais” tiveram alta digna de nota apenas em português (125,4%). O número

de artigos seguiu ascendente, mas, em todas as línguas, a taxa de crescimento foi menor que a da década anterior: em inglês, ficou nos 65,3%; em espanhol, 43,6%, e foi de apenas 29,8% em francês. Um descompasso entre as ruas e a literatura. Este desacordo tem sido a regra, com a bibliografia correndo atrás do fenômeno.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da literatura sobre movimentos sociais, por década



Fonte: Artigos e livros com “movimento (s) social (is)” no título, em inglês, francês, espanhol e português, no acervo do Google Scholar, 1950-2019.

A literatura, como um campo, se firmou depois dos protestos dos anos 60 e achou seu ápice nos 70 e 80. As dificuldades teóricas ante as mudanças empíricas dos anos 90 produziram queda relativa, com discreta recuperação na primeira década do milênio. O ciclo de protestos dos anos 2010, contudo, foi insuficiente, ao menos até agora, para ressuscitar o interesse acadêmico avolumado. Entre 2020 e 2023, publicou-se menos sobre movimentos sociais em espanhol (1342) e português (1337 títulos). O declínio em francês foi acachapante, com somente 250 publicações. Em inglês, ao inverso, abundância (4290), em parte porque as universidades norte-americanas viraram destino frequente da nova geração de sociólogos de muitos países e o inglês firmou-se como o idioma científico. Assim, se deslocou da França para os Estados Unidos, a terra de mando da sociologia dos movimentos sociais. Mas, de modo geral, a área desinchou.

PONTOS FORTES E PONTOS CEGOS

As perspectivas relacional e emancipatória nasceram rivais e assim se encontram. Malograram propostas de síntese teórica¹⁴ e o campo jamais convergiu para conceituação homogênea. Tampouco se alteraram os núcleos dos

dois conceitos. A redefinição de movimento social como interação confrontacional em nada mudou a tônica original nas formas de ação. De outro lado, os conceitos substitutivos ou aditivos (como sociedade civil e reconhecimento), restritivos (caso de gênero) ou ampliadores (relativos à globalização e à informatização) apenas reafirmaram a inicial associação entre movimentos e valores emancipadores.

Ambas as perspectivas seguem produzindo fascínio e carregando fraquezas.

A perspectiva emancipadora manteve o foco projetivo, direcionando a pesquisa para a busca do novo, traduzido, entre adeptos, na sinonímia entre contemporaneidade e novidade. Já a relacional enfatiza as continuidades passado-presente - daí sua vizinhança com a historiografia -, encaminhando o estudo de processos recentes como parte de sequências, atenta a padrões longitudinais.

A linha emancipatória continua produzindo argumentos generalizadores a partir de raciocínios abstratos, de raiz mais filosófica que sociológica, e trafegando mais longe do empírico. Suas conclusões obedecem à lógica, mas andam descalçadas de evidências sistemáticas, com casos mais ilustrativos que demonstrativos de seus postulados teóricos. A perspectiva relacional, ao inverso, se ampara em técnicas rigorosas de levantamento de evidências empíricas abundantes e comparáveis, mas frustra quem busca conexões com uma teoria abrangente sobre a sociedade contemporânea.

Prolonga-se ainda a diferença quanto à circunferência do objeto de estudo. A perspectiva emancipatória examina movimentos no âmbito societário, como entidades autônomas, isoladas da dinâmica político-institucional e selecionados pelo recorte emancipatório, assim restringindo o estudo a atores portadores de valores progressistas. A relacional, por outro lado, assume a interpenetração entre movimentos e instituições¹⁵ como corriqueira e concebe os primeiros como forma de ação fluida, uma rede de relações, em vez de sujeito inteiriço. Assim, uma abriga e a outra deixa no sereno explicativo as mobilizações tradicionalistas e reacionárias.

As metodologias seguem desiguais. Uma abordagem afere os valores emancipadores por meio de entrevistas ou análise de discursos, a outra coleta informação sobre práticas dos protestos¹⁶, sem definir ex ante temas e atores relevantes.

Distintas também em adesão. A balança pende para o lado relacional, quando se tomam todas as menções aos clássicos de cada linha. *Power in movement* (2011), de Sidney Tarrow, alcançou 20.365 citações desde a publicação em 1995, uma média de 702, 2 citações/ano. O livro-síntese desta corrente, *Dynamics of contention*, de McAdam, Tarrow e Tilly, é mais jovem, de 2001, mas mesmo calibrando por ano, fica atrás, com 10.008 no total, e taxa anual de 435, 1. Sendo Tarrow o autor do título mais mencionado e coautor do segundo na fila, conclui-se que é o nome mais importante neste campo de

estudos atualmente. Contudo, os rivais não fazem feio. *Challenging codes* (1996), de Alberto Mellucci, saído em 1996, soma 7236 citações, o que significa 258, 4 anualmente. *Redes de indignação e esperança: os movimentos sociais na era da internet* (2012), de Manuel Castells, fica na metade disso, com 3036 no total e média anual de 253 menções ao ano.

Assim, apesar dos solavancos, a tradição emancipadora está longe de ser irrelevante na produção atual. Andando rente a grupos e demandas emergentes, preserva seu apelo político, mais bem-sucedida que a adversária em encantar ativistas. A perspectiva relacional é menos atraente, ao descrever os atores como eminentemente estratégicos. Num caso, a embocadura permite aos atores se definirem como “sujeitos” fazedores de história. No outro, não há nada disso, apenas coletividades frouxas, que se arranjam e rearranjam, camaleões antirromânticos premidos por conjunturas.

As diferenças entre as correntes somem, contudo, ante dimensões mal ou pouco tratadas por ambas: religião e posição social.

Sempre houve interesse sociológico pelo fenômeno religioso, mas não como mobilização social. Nenhuma das perspectivas achou lugar teórico para as motivações do ativismo originadas na fé, nem tratou as mobilizações de crentes como movimentos sociais. Apesar da relevância da rede de associações protestantes para as mobilizações norte-americanas abolicionista e por direitos civis - muitos abolicionistas eram Quakers e Martin Luther King era pastor -, a perspectiva relacional apenas registrou o fato, sem teorizar a imbricação entre processo de mobilização e crenças. Na perspectiva emancipadora o largo espaço para valores nunca recobriu os tradicionalistas. Nas duas, a religião ficou ofuscada.

Isto vale para o lado de lá, como para o de cá do Equador. As mobilizações orientadas por crenças religiosas no Brasil foram estudadas como milenarismos típicos da sociedade agrária (Montero, 1974; Queiroz, 1965) até os anos 70; como matriz discursiva e base organizacional para os movimentos da redemocratização da década de 80 (Sader, 1988) e, como eventos circunscritos ao campo religioso nas últimas décadas - apesar da ostensiva mensagem política de manifestações como a Marcha para Jesus. Assim, a literatura tem solenemente ignorado as mobilizações religiosas de rua como parte de seu objeto de estudos, negando-lhe o estatuto de “movimentos sociais”.

Como as redes transnacionais, o nacionalismo e a violência, a religião é parte da política de rua desde a invenção dos movimentos sociais. Não é faceta nova da mobilização de rua. Sempre esteve aí. As interpretações é que lhe negaram estatuto teórico e focalização empírica. Os analistas descuraram dela, por coadunar mal com as teses sobre secularização e racionalização da vida social, leito profundo deste campo - e de outros - da literatura sociológica. A vaga conservadora destampou esta areia movediça teórica. Tais lacunas têm sido apontadas recentemente¹⁷, mas ainda sem gerar desenvolvimento teórico substantivo.

A outra dimensão mal compreendida nesta literatura é a relação entre estrutura social e protesto político. O nicho da sociologia dos movimentos sociais surgiu marcando distância da tese de Marx da relação necessária entre posição no processo produtivo e mobilização política. E, de fato, demonstrou que subordinação econômica e opressão social são insuficientes para gerar mobilização. Mas a crítica à associação direta entre classe e ação política empurrou para debaixo do tapete o problema da posição social dos que protestam.

A linha relacional abordou o assunto por partição. Tilly (1998) produziu um livro sobre desigualdades que deixou a mobilização política de fora e escreveu muitos outros sobre confrontos políticos, sem abordar a estrutura social. De sua parte, a perspectiva emancipatória jamais se desfez do conceito de classe, mas lhe deu sentido elástico, aditivado por prefixos e adjetivações - como “nova classe média” - que redundam em noções imprecisas e de cobertura ampla demais para serem efetivamente explicativas.

Nenhuma das perspectivas agregou uma teoria robusta sobre a estrutura social, embora a sociologia tenha revisado, e muito, o assunto nas últimas décadas. Trabalhos sobre estratificação de repercussão na sociologia como um todo, como os de John Goldthorpe e colegas (1980), não adentraram a literatura sobre movimentos sociais com a profundidade cabível. Correm apartados os debates sobre estrutura social e sobre mobilização política. A especialização seccionou polos empíricos conectados, já que todo manifestante ocupa uma posição na estrutura social.

A sociologia dos movimentos sociais toda patina neste ponto. Todavia, pouco eficiente será retomar o conceito de classe, desgastado pelo uso lasso e polissêmico. Mais promissores são conceitos de médio alcance, como estilos de vida e trajetórias de engajamento, potenciais vias para entender por que, dentro de um mesmo estrato social, certos subgrupos se mobilizam e outros, não, e por que o fazem elegendo movimentos peculiares e direções políticas distintas.

Enfim, a relação entre movimentos e estrutura social e deles com a religião são tópicos à espera de quem os pegue à unha, tanto teórica quanto empiricamente.

O terceiro ponto cego, que foge ao empírico, diz respeito à postura intelectual ao abordá-lo. Desde o aparecimento da literatura sobre movimentos sociais, as explicações se construíram em atrito com conjunturas particulares. Mas com consequências díspares. No hemisfério norte, autores extrapolaram categorias criadas para falar de seus casos em “teorias”. Isto é, a abstração de traços de casos nacionais produziu noções ambicionando generalização. Tais “conceitos” forasteiros adentraram os estudos na América Latina, ao passo que elaborações nativas foram e, em larga medida, seguem sendo apresentadas como específicas, restritas a realidades locais. A regra tem sido abdicar de conceituação competitiva, como se nossos casos valessem menos uma teoria do que os alheios.

NOTAS

- 1 Pesquisas recentes atestam teia transfronteiriça também para o sufragismo (Pernet, 2000).
- 2 A primeira sistematização da interpretação tillyana sobre movimentos, depois popularizada como teoria do processo político e, mais tarde, como teoria do confronto político, apareceu em *From mobilization to revolution* (1978). Sobre o conceito de repertório, ver Tilly (2006, 2008) e Alonso (2012).
- 3 Outro exemplo é a mistura entre manifestação artística e política, que soa recente, mas é oitocentista (Alonso, 2015).
- 4 Todas as informações relativas ao número de citações por ano (total de citações dividido pela idade do artigo) e taxas de crescimento provêm do Google Scholar e foram coletadas em 24 de agosto de 2024, a partir de busca com a palavra-chave “movimento social”, no singular e no plural, em português, inglês, francês e espanhol, em títulos de textos, por década (os intervalos consideram do primeiro ao último ano de cada uma). Se não especificado de outro modo, os percentuais mencionados ao longo do artigo provêm desta fonte. O Google Scholar, como todas as fontes, tem problemas: 1) eventual coleta de títulos que usam o termo, mas são estranhos à literatura; 2) possível incompletude da digitalização das publicações dos anos 50 e 60; 3) limite do buscador, que coleta número aproximado, e não o total de publicações.
- 5 Saíram em simultâneo, em 1978, os livros fundadores de cada uma das linhas: *La voix et le regard*, de Alain Touraine, e *From mobilization to revolution*, de Charles Tilly, dois autores que se tornaram líderes das respectivas escolas.
- 6 Outro movimento que quadrava mal com a teoria dos novos movimentos sociais era o ambientalista, já que um de seus braços, o Animal Rights, praticava sabotagem de empresas e enviava cartas-bombas a autoridades (Nagtzaam, 2017).
- 7 Renato Boschi foi dessa minoria, tendo frequentado o seminário de Tilly, o que explica o privilégio do par estado-movimento social em seu *A arte da associação* (1987). Mais tarde, Maria da Glória Gohn (1997) fez a primeira apresentação da perspectiva norte-americana sobre movimentos sociais para os leitores brasileiros.
- 8 *Civil society and political theory* (1992), de Andrew Arato e Jean Cohen, é o marco da recuperação do conceito hegeliano

e desencadeou a migração de uma categoria a outra na literatura.

- 9 Veja-se, por exemplo, os artigos coligidos por McCaughey e Ayers (2004), Bennett e Segerberg (2012).
- 10 O levantamento sistemático e criterioso de Thomas Carothers e Richard Youngs (2015) lista Albânia, Armênia, Argélia, Argentina, Azerbaijão, África do Sul, Belarus, Bulgária, Brasil, Bolívia, Bangladesh, Bósnia e Herzegovina, Burkina Faso, Burundi, Croácia, Colômbia, Chile, Camboja, Ciprus, Egito, Estados Unidos, Espanha, Eslovênia, França, Gana, Grécia, Guatemala, Guiné, Haiti, Hong Kong, Hungria, Irlanda, Índia, Israel, Iraque, Itália, Japão, Líbia, Líbano, Marrocos, Malawi, México, Malásia, Macedônia, Moldávia, Nigéria, Panamá, Paquistão, Polónia, Portugal, República Democrática do Congo, República Checa, Rússia, Reino Unido, Romênia, Senegal, Singapura, Síria, Togo, Tajiquistão, Turquia, Tunísia, Tanzânia, Tailândia, Ucrânia, Uganda, Venezuela, Yemen.
- 11 A tática black bloc requentou a ação direta violenta em uso na Alemanha desde os anos 80 (Depuis-Derri, 2019). A teoria do confronto político sempre considerou o assunto e, no começo da década, Della Porta (2013) o tratou em detalhe.
- 12 Há muitos estudos sobre o Tea Party, mas o de Skocpol e Williamson (2012) segue sendo o mais explicativo.
- 13 A mesma adaptação se fez para os protestos brasileiros de 2013, nomeados como “jornadas”, em antonomásia da comuna francesa. Ver Alonso, 2023.
- 14 A momentaneamente mais bem-sucedida foi um artigo de Mario Diani (1992).
- 15 Com a adição, nos estudos mais recentes, de “contramovimento”, a mobilização contrária às demandas de dado movimento (Meyer e Staggenborg, 1996).
- 16 Para uma apresentação e discussão da técnica, veja-se Hutter (2019).
- 17 Por exemplo, Hanningan (1991) e Shearer (2021).

REFERÊNCIAS

Alonso, Angela. (2023). *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

Alonso, Angela. (2015). *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Alonso, Angela. (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, 2/333, p. 21-41.

Alonso, Angela. (2010). O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. *Novos Estudos CEBRAP*, 88.

Alonso, Angela. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 942, p. 49-86.

Anderson, Benedict. (2005). *Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination*. London: Verso.

Anderson, Benedict. (1983). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

Arato, Andrew & Cohen, Jean. (1992). *Civil society and political theory*. Massachusetts: The MIT Press.

Bennett, W. Lance & Segerberg, Alexandra. (2012). The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15/5, p. 739-768.

Boschi, Renato Raul. (1987). *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj.

Cardoso, Ruth Corrêa Leite. (1987). Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1/3.

Carothers, Thomas & Youngs, Richard. (2015). The complexities of global protests. *Carnegie Endowment for International Peace*.

Castells, Manuel. (2012). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. São Paulo: Companhia das Letras.

Chabot, Sean. (2000). Transnational diffusion and The African American reinvention of Gandhian repertoire. *Mobilization: An International Quarterly*, 5/2, p. 201-216.

Della Porta, Donatella. (2013). *Clandestine political violence*. Cambridge: Cambridge University Press.

Diani, Mario. (1992). The concept of social movement. *The Sociological Review*, 40, p. 1-25.

Doimo, Ana Maria. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Dupuis-Déri, Francis. (2019). *Les Black Blocs. La liberté et l'égalité se manifestent*. Montreal : Lux.

Falk, Richard. (2000). Resisting “globalization-from-above” through “globalization-from-below”. In: Gills, Barry K. (ed.). *Globalization and the politics of resistance*. London: Palgrave Macmillan UK, p. 46-56.

Gohn, Maria da Gloria. (1997). *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola.

Goldthorpe, John H. et al. (1980). *Social mobility and class structure in modern Britain*. Oxford: Clarendon.

Habermas, Jürgen. (1981). New social movements. *Telos*, 49.

Hannigan, John. (1991). Social movement theory and the sociology of religion: towards a new synthesis. *Sociological Analysis*, 52/4, p. 311-331.

Holcomb, Julie L. (2016). *Moral commerce: quakers and the transatlantic boycott of the slave labor*. Ithaca: Cornell University Press.

Hutter, Swen. 2019. Exploring the full conceptual potential of protest event analysis. *Sociological Methodology*, 49/1, p. 58-63.

Inglehart, Ronald. (1981). Post-materialism in an environment of insecurity. *American Political Science Review*, 75/4, p.880-900.

Kowarick, Lúcio. (1983). Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. *Espaço e Debates*, 8.

Lesbaupim, Ivo. (1980). A Igreja e os movimentos populares urbanos. *Religião e Sociedade*, 5.

McAdam, Doug. (1982). *Political process and the development of Black insurgency, 1930-1970*. Chicago: University of Chicago Press.

McAdam, Doug et al. (2001). *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

McCaughey, Martha & Ayers, Michael (eds.). (2004). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. New York: Routledge.

Mellucci, Alberto. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Meyer, David S. & Staggenborg, Suzanne. (1996). Movements, countermovements and the structure of political opportunity. *American Journal of Sociology*, 101/ 6, p. 1628-1660.

Montero, Douglas Teixeira. (1974). *Os errantes do novo século*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

- Nagtzaam, Gerry. (2017). *From environmental action to ecoterrorism? Towards a process theory of environmental and animal rights oriented political violence*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Ortiz, Isabel et al. (2022). *World protests: a study of key protest issues in the 21st century*. London: Palgrave Macmillan.
- Pernet, Corinne A. (2000). Chilean feminists, the International Women's Movement, and suffrage, 1915-1950. *Pacific Historical Review*, 69/4, p. 663-688.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. (1965). *O messianismo: no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus.
- Sader, Eder. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz & Terra.
- Shearer, Tobin Miller. (2021). *Religion and social protest movements*. London: Routledge.
- Skocpol, Theda & Williamson, Vanessa. (2012). *The tea party and the remaking of republican conservatism*. Oxford: Oxford University Press.
- Tarrow, Sidney. (2015). *War, states, and contention: a comparative historical study*. Ithaca: Cornell University Press.
- Tarrow, Sidney. (2011). *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tarrow, Sidney. (1989). *Democracy and disorder: protest and politics in Italy, 1965-1975*. Oxford: Oxford University Press.
- Tilly, Charles. (1978). *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill.
- Tilly, Charles. (1996). *Coerção, capital e estados europeus (1990-1992)*. São Paulo: Edusp.
- Tilly, Charles. (1998). *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press.
- Tilly, Charles. (2006). *Regimes and repertoires*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tilly, Charles. (2008). *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Touraine, Alain. (1978). *La voix et le regard*. Paris: Seuil.

MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS EM COMPETIÇÃO

Resumo

Embora movimento social seja um fenômeno de longa duração, o conceito para designá-lo apenas se firmou na literatura sociológica a partir da década de 60. O artigo argumenta que o uso de mesmo termo para nomear protestos num largo espectro de contextos impediu a fragmentação da literatura e demarcou um campo de estudos no interior da sociologia política. Neste campo, contudo, não se produziu convergência: duas abordagens principais vêm competindo na definição e explicação do fenômeno, aqui chamadas de emancipatória e relacional. O artigo sumariza o modo pelo qual estas perspectivas responderam a desafios teóricos e empíricos ao longo de seis décadas, por meio da análise da literatura em português, inglês, francês e espanhol, reunida no Google Scholar.

Palavras-chave

Protestos;
Teoria dos movimentos sociais;
História dos conceitos;
Sociologia política.

SOCIAL MOVEMENTS: COMPETING CONCEPTS

Abstract

Although social movement is a long-lasting phenomenon, its designating concept was only solidified in sociological literature during the 1960s. The article argues that use of the term “social movement” across diverse contexts of collective action prevented academic fragmentation and established a distinct field within political sociology. Despite this unifying terminology, theoretical convergence has remained elusive: two predominant analytical approaches—which this article identifies as emancipatory and relational—have competed to define and explain these phenomena. By a comprehensive analysis of literature in Portuguese, English, French, and Spanish indexed in Google Scholar, this article traces how these competing perspectives have evolved in response to theoretical and empirical challenges over six decades.

Keywords

Protests;
Social movement theory;
History of concepts;
Political sociology.

Angela Alonso é professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e coordenadora do Núcleo de Instituições Políticas e Movimentos Sociais do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que presidiu entre 2015 e 2019. Doutorou-se em sociologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado na Yale University. Em 2023-4, foi pesquisadora visitante no ALARI (Afro Latin-American Research Institute), Universidade de Harvard. Publicou diversos livros, o mais recente é *Treze. A política de rua de Lula a Dilma* (2023).

Fonte de financiamento: Não se aplica.

Conflito de interesses: Nenhum.

Contribuição dos Autores: A autora é responsável pela redação integral do artigo.

Aprovação do Comitê de Ética: Não se aplica.

Disponibilidade de Dados: Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

Agradecimentos: Este artigo condensa reflexões acumuladas ao longo de mais de duas décadas, nas quais venho pesquisando e ensinando sobre o assunto e prolonga artigo anterior (Alonso, 2009), redigido por estímulo de Brasília Sallum Jr. Uma versão preliminar constituiu aula de erudição em concurso para professor titular na USP, em 2019 – agradeço aos comentários da banca na pessoa de seu presidente, Sérgio Adorno. Sou também grata à assistência de pesquisa de José Alexandre Soares e às leituras atentas dos pareceristas anônimos. Dado o volume da bibliografia envolvido, as referências foram limitadas ao indispensável.

Editor responsável: Andre Bittencourt (UFRJ, Brasil).

Recebido em 15/10/2024 | Revisto em 02/04/2025 | Aprovado em 27/04/2025